

A sofisticação teórica da produção relativa à História das Mulheres e aos Estudos de Gênero: Entrevista com Rachel Soihet

Por Fabrícia F. Pimenta*

A professora Rachel Soihet é historiadora, titular da Universidade Federal Fluminense (UFF) e há mais de duas décadas dedica-se, com afinco, aos estudos sobre as Histórias das Mulheres e os estudos de Gênero. Em sua tese de doutoramento, realizado na Universidade de São Paulo, Soihet tratou da “*Condição Feminina e Formas de Violência. Mulheres Pobres e Ordem.*”

Fez seu pós-doutorado em Paris e é leitura considerada referência obrigatória para todos (as) que se interessam por temas ligados à História das Mulheres e Estudos de Gênero. Dentre os vários trabalhos da autora, destacamos: "**História, Mulheres, Gênero: Contribuições para um Debate**". In AGUIAR Neuma (org.) *Gênero e Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997; "Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas", *Estudos Feministas*. Vol.5 N.1, 1997; "A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz". *Revista Brasileira de Educação* N.15. ANPEd. Campinas, 2000; "Sutileza, Ironia e Zombaria. Instrumento no descrédito das lutas das mulheres pela Emancipação", *Revista Saúde, Sexo e Educação*, n.25, 2001.

Em tempo de Histórias: Professora Rachel, é uma honra para nós, discentes do Programa de Pós-graduação da Universidade de Brasília, especialmente os (as) pós-graduandos (as) da área de concentração *Estudos feministas e de Gênero*, podermos entrevistá-la. De antemão agradecemos sua disponibilidade e atenção.

Vamos iniciar nossa entrevista pedindo que a senhora nos conte um pouco da sua trajetória profissional-acadêmica e quando foi despertado o interesse por estudar o campo das Histórias das Mulheres e dos Estudos de Gênero. Aproveite para nos contar qual é seu interesse específico no momento, ou seja, o que tem estudado ultimamente?

Rachel Soihet: Desde muito jovem, algo que me incomodava eram as limitações que incidiam sobre as mulheres naquela época, especialmente, nos anos 1950 e, mesmo, em boa

*Graduada em Direito, Mestre em Ciência Política pela UnB e doutoranda na UnB em História na linha de pesquisa “Estudos Feministas e de Gênero”. Apoio financeiro para a pesquisa: CNPq.
E-mail para contato: fabricia.pimenta@yahoo.com.br / fabricia.piment@ig.com.br

parte dos anos 1960. Muitos eram os espaços não freqüentados pelas mulheres. Assim, não era comum mulheres freqüentarem sozinhas restaurantes. Também, entrar desacompanhada em um café não era usual. Em festas, mulheres e homens formavam grupos separados e eu considerava muito desagradável esta divisão. Dessa forma, eu tinha sensibilidade aguçada com relação à problemática feminina. No que tange ao campo do conhecimento, comecei a estudar as mulheres na década de 1970, quando fiz mestrado na UFF, sob a orientação do Prof. Stanley Hilton, brasilianista que trabalhava com o período Vargas e elaborei um trabalho sobre Bertha Lutz, líder do mais importante movimento feminista brasileiro entre 1919-1937. Interessei-me pelas conquistas das mulheres neste período, as quais conseguiram alguns direitos como o voto, além de direitos no trabalho e no acesso à educação. Hoje parte dessa pesquisa está publicada pela Editora Mulheres sob o título *O Feminismo Tático de Bertha Lutz*.

No meu doutorado, trabalhei com a questão das mulheres pobres no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX. Estava atenta para as relações entre a especificidade da condição feminina e as formas de violência que as mudanças no Rio daquela época estavam implicando. Preocupei-me em avaliar como as tensões que estavam acontecendo na cidade repercutiram no cotidiano destas mulheres.

Trabalhei com processos criminais, que mostravam mães que recorriam ao infanticídio, quando se encontravam numa situação de desespero. Neste sentido, a questão do sentimento atribuído à maternidade como natural, é questionada, concluindo-se que a maternidade é também uma construção social. Na época dessa pesquisa, havia sido recém publicada no Brasil a obra *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, da francesa Elisabeth Badinter sobre o assunto, e também Simone de Beauvoir já tinha discutido estas relações da figura materna com a criança, apontando que nem todas as mulheres seriam mães maravilhosas. Afirmava Beauvoir que mulheres insatisfeitas, irrealizadas, buscavam compensar através dos filhos suas frustrações. Também essa tese foi publicada pela Forense Universitária com o título: *Condição Feminina e Formas de Violência. Mulheres Pobres e Ordem Urbana (1890-1920.)*

Mais recentemente, trabalhei com o antifeminismo, focalizando especialmente a zombaria utilizada como uma arma para desacreditar a movimentação das mulheres em busca de direitos. Fiz uma pesquisa abrangendo a virada do século quando aqui ocorreu a primeira onda feminista e nos anos 1970/1980, momento da chamada segunda onda. Nesse último caso voltei-me especialmente, para o jornal alternativo *O Pasquim*, do qual muitos de seus

componentes, apesar de assumirem atitudes críticas com relação à moral tradicional e valerem-se da ridicularização para desacreditar a ditadura, então vigente, assumiram, igualmente, uma postura misógina com relação às feministas.

Atualmente, estou focalizando os feminismos nos anos 1970/1980, preocupando-me em mostrar as diversas vertentes existentes, especialmente, no Rio de Janeiro. Encontrei no Centro da Mulher Brasileira – CMB mulheres que consideravam prioritário unir a luta das mulheres à luta geral contra a desigualdade de classes, como no combate à ditadura. Outras consideravam que as questões específicas como àquelas referentes ao corpo, à sexualidade, à violência contra as mulheres deveriam ficar em primeiro plano. Dessas divergências resultaram cisões dando lugar ao aparecimento de outras entidades. Já tenho alguns capítulos de livros como artigos publicados sobre tais questões.

Em tempo de Histórias: As pessoas que se propõem a estudar e se enveredam pelo campo da historiografia ligado à História das Mulheres tendem a se inquietar com as políticas de silenciamento e ocultamento à que as mulheres foram relegadas. Durante muito tempo, a historiografia tradicional determinou às mulheres o papel de “não-sujeito” e, portanto, estiveram excluídas das narrativas dos historiadores. Entretanto, principalmente a partir das décadas de sessenta e setenta, percebe-se uma alteração significativa nesse panorama. Como historiadora, qual sua perspectiva dessa nova escrita da história a partir do reconhecimento da presença dessas atrizes e do adensamento das teóricas sobre essa temática? É possível afirmar que a história, hoje, pode ser escrita no feminino?

Rachel Soihet: Sem dúvida observa-se atualmente uma visibilidade maior na historiografia no que diz respeito às mulheres. Temos várias obras publicadas e alguns periódicos de elevado nível dedicados a tais sujeitos. Também, observamos que tais abordagens têm se caracterizado por extrema sofisticação teórica. Mas, apesar de tudo, via de regra, podemos afirmar uma certa tendência desses estudos, ainda, permanecerem à parte da história como um todo. A problemática das mulheres, ainda não é interiorizada como relevante. Assim, urge um esforço de tornar a História das Mulheres parte integrante e significativa da disciplina histórica. Nesse sentido, não considero que a história hoje é escrita no feminino.

Em tempo de Histórias: Em relação aos conceitos de gênero, como a senhora percebe as alterações teóricas e metodológicas que o gênero sofreu nos últimos tempos? Qual seria seu conceito de gênero atualmente?

Rachel Soihet: Realmente são várias as interpretações. Eu ainda vejo como significativas as contribuições de Joan Scott. Nesse sentido, deve-se destacar o fato da utilização da categoria “gênero” em termos de sua ênfase no caráter fundamentalmente social, cultural, das distinções entre mulheres e homens, afastando o fantasma da naturalização. Além disso, dá precisão à idéia de assimetria e de hierarquia nas relações entre tais sujeitos, incorporando a dimensão das relações de poder; dá relevo ao aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, de que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois poderia existir através de um estudo que os considerasse totalmente em separado, aspecto essencial para “descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la”¹. Estas foram algumas de suas contribuições. Acresce-se a significação, emprestada por esses estudos, à articulação do gênero com a classe e a raça/etnia, interesse indicativo não apenas do compromisso com a inclusão da fala dos oprimidos, mas também da convicção de que as desigualdades de poder se organizam, no mínimo, conforme estes três eixos.

Por outro lado, não há como desconhecer as contribuições de Thomas Laqueur, o qual busca demonstrar que as relações de gênero é que instituíram o sexo, concluindo que: “O sexo, tanto no mundo do sexo único como no de dois sexos, é situacional: é explicável apenas dentro do contexto de luta sobre gênero e poder”².

Nessa vertente, também divergindo das posições que sobrepõem o gênero ao sexo biológico, ressaltam-se as formulações da filósofa Judith Butler, que revelam certo distanciamento daquelas concepções acima apresentadas. Contrapõe-se às diversas conceitualizações que pensam as identidades como fixas, em termos de gênero/sexo, mulheres/homens, sujeito/outro. Sua proposta, na perspectiva de Foucault, reside em se pensar como foi construída a dualidade sexual, ou seja, como os diversos discursos científicos produziram essa dualidade discursivamente. Através desse procedimento o sexo aparece como culturalmente construído. Nesse sentido, esboroa-se a concepção de gênero como inscrição cultural de significado sobre um sexo naturalmente dado³. E, confirmando Butler, a historiadora Tânia Navarro-Swain declara “o gênero cria, portanto, o sexo, e não o contrário”⁴.

A difusão desses referenciais teóricos contribuiu para a abertura de linhas de pesquisa e reflexão sobre gênero não centradas nas mulheres. Ressalte-se a produção de estudos sobre masculinidade e, também, os estudos *queer*, para os quais a obra de Butler é altamente inspiradora.

Em tempo de Histórias: Se tratarmos sobre a produção acadêmica atual, por meio da análise dos trabalhos que tem acompanhado, a senhora acredita que a academia tende a versar mais para Estudos Feministas, de Gênero ou de História das Mulheres? Qual a tendência dos (as) estudiosos (as) hoje? A senhora acredita que tenha a ver com as diversas (re) interpretações e (re) leituras do conceito de gênero?

Rachel Soihet: Quanto a essa questão há uma diversidade significativa. Há aquelas (es) que trabalham com História das Mulheres e Relações de Gênero, entre as quais me incluo. Outras (os) têm preferência por História de Gênero e, ainda, aquelas, cuja preferência incide nos Estudos Feministas. Encontramos outras correntes que criticam as perspectivas desconstrutivistas, em sua busca de desessencialização, por dissolver o sujeito político mulheres, e por restabelecerem distâncias entre a reflexão teórica e o movimento político. Nesse marco de ambivalências e confusões algumas autoras *abandonam* gênero, propondo uma nova utilização da categoria *mulher*⁵.

A idéia de “Mulher”, agora proposta, apresentar-se-ia, porém, distante das elaborações do feminismo radical da década de 1970, isto é, longe de qualquer tipo de essencialismo.

Discorrendo sobre a questão, Adriana Piscitelli conclui que a mesma não se situa (exclusivamente) no plano do conhecimento. O sentido da re-criação da categoria mulher seria, sobretudo, político. Linda Nicholson seria uma das suas mentoras e, segundo esta, a categoria mulher, nos termos que propõe, apresenta uma dupla vantagem: possibilita o reconhecimento de diferenças entre mulheres, mas, uma vez que também permite mapear semelhanças, não inviabilizaria a prática política - que segundo a autora não exige um sentido definido para o termo mulher. Tratar-se-iam de políticas de coalizão compostas por listas de reivindicações relativas às diferentes necessidades dos grupos que constituem, temporariamente, a coalizão⁶.

Em tempo de Histórias: Esse ano de 2008 é um ano eleitoral e, por isso, surgem muitas especulações (e também trabalhos sérios) acerca da presença das mulheres no espaço público. A senhora escreveu um artigo em que tratava da conquista do espaço público pelas mulheres a partir da contribuição de Bertha Lutz. Qual sua perspectiva sobre a participação das mulheres na política e no espaço público como um todo (legislativo, judiciário, entre outros)?

Rachel Soihet: A questão da participação política das mulheres foi um tema que mereceu minha atenção por largo tempo, especialmente, quando da realização do meu mestrado, ao fim do qual defendi uma dissertação sobre Bertha Lutz. Mais tarde retomei esse tema e publiquei

artigos e, finalmente, um livro em 2006 intitulado *O Feminismo Tático de Bertha Lutz*, pela Editora Mulheres.

Quanto à participação das mulheres no espaço público, faço minhas as considerações da filósofa Hannah Arendt de que tal fato significa uma conquista, possibilitando-lhes assumir sua plena condição humana através da ação política, da qual por longo tempo permaneceram violentamente excluídas. Passaram as mulheres a garantir sua transcendência, pois o espaço público, afirma aquela filósofa, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve ultrapassar a duração da vida dos homens mortais, aos quais acrescento, também, a das mulheres mortais⁷.

Em tempo de Histórias: Em um passado não muito distante, algumas pessoas começaram a divulgar, principalmente na mídia e no meio acadêmico, que o feminismo estava com os dias contados, ou seja, prestes a acabar, pois as mulheres já tinham conquistado tudo o que desejavam. A senhora passou por algum tipo de questionamento nesse sentido pelos seus pares na academia? A senhora considera esse tipo de colocação uma estratégia criada para desqualificar as lutas e as conquistas feministas?

Rachel Soihet: O feminismo, passado o momento da luta por questões cruciais, assumiu outras formas. Hoje, temos as ONGs, das quais algumas de destaque, entre outras, a CFEMEA em Brasília que acompanha medidas com relação às mulheres no legislativo, a CEPIA no Rio de Janeiro etc. Portanto, não considero que o feminismo tenha morrido.

O que observo na academia, particularmente, na História, área à qual pertencço, com algumas exceções, é ainda a dificuldade da inserção dessa questão, considerada de forma marginal. Algumas das colegas, inclusive, chegam a afirmar que trabalham, ocasionalmente, com mulheres, mas negam ser feministas. A nova geração e, mesmo, muitas mulheres mais velhas não reconhecem que muito do que foi conquistado se deveu ao esforço das feministas. Nesse sentido, lembro aquelas da primeira vaga, dos primeiros anos do século passado, que obtiveram conquistas no campo político, mas também no que tange ao acesso à educação, trabalho e lutaram pelos direitos civis.

Já nos anos 1970/1980, além das questões ligadas ao trabalho feminino, atentando para as diferenças salariais entre mulheres e homens, reivindicações por creches e também pelos direitos civis, este se voltou, especialmente, para as problemáticas da sexualidade, da violência contra as mulheres, das demandas pela possibilidade do aborto. No último caso, a luta continua, pois a possibilidade do aborto, mesmo em casos especiais, mantém-se como

uma incógnita. Igualmente, a responsabilidade pelo casal das tarefas domésticas e do cuidado com os filhos, livrando às mulheres da dupla jornada é algo a conquistar para que as mulheres possam se afirmar como sujeitos plenos na sociedade, em parceria com os homens.

Em tempo de Histórias: Sobre o antifeminismo, tema que estudei recentemente, como surgiu a idéia de tratar deste tema que fomenta tantas discussões? A quais conclusões foi possível chegar após suas análises? Como a senhora vê os movimentos feministas hoje? E as perspectivas a médio e longo prazo?

Rachel Soihet: Chamou-me a atenção a conotação pejorativa atribuída ao feminismo, ainda em nossos dias. Partindo da hipótese de que uma das razões para tais atitudes resultava, em grande medida, do temor da perda do predomínio masculino nas relações de poder entre gêneros, fui coletando testemunhos que a confirmassem. Privilegiei a desqualificação, através da zombaria, de mulheres que lutavam por direitos em busca de cidadania plena. Estas eram representadas como masculinizadas, feias, despeitadas e, mesmo, amorais, no que conseguiam grande repercussão, não sendo poucos os homens comuns e, mesmo, mulheres que endossavam tais opiniões, através de depoimentos, e cartas aos jornais. Aliás, a zombaria como freio para os possíveis desequilíbrios de poder entre os sexos constitui-se uma realidade que se perde na longa duração. Para este enfoque baseei-me em Quentin Skinner, o qual remontando a Antigüidade, ressalta como um dos aspectos da teoria do discurso persuasivo, a crença na utilização do riso como uma arma potente em debates legais e políticos. E o aspecto que ele realça é aquele do constrangimento⁸.

No século XIX, segundo pude observar em pesquisas realizadas em Paris, quando do meu pós-doutorado, vasta literatura antifeminista criticando mulheres que fugiam aos padrões estabelecidos ali teve lugar, pautando-se os argumentos em considerações médicas, morais, sociais etc. Quanto à perspectiva que me interessava, ou seja, a utilização da irreverência, zombaria, com vistas a ridicularizar a luta das mulheres, na Biblioteca Marguérite Durand, especializada em material relativo às mulheres, encontrei alguma coisa em meio a um dossiê constante de crônicas, entrevistas, artigos em periódicos. Ainda, nessa perspectiva, destaco as litografias de Honoré Daumier, ao longo da década de 1840, cuja obra se constitui em fonte das mais significativas para o exame do antifeminismo, via zombaria, na França e muito me inspirou na busca de representações similares no Brasil.

Assim, trabalhei com tais representações desde os fins do século XIX até os anos 1930 e no período de fins de 1960 aos anos 1980. Particularmente, interessei-me pelo jornal alternativo

O Pasquim, publicado semanalmente, naqueles anos de ditadura militar, os "anos de chumbo". Boa parte de seus membros inspirada na contracultura norte-americana afastava-se do dogmatismo de muitos marxistas, caracterizando uma pluralidade ideológica, suprapartidária voltando-se para o combate ao autoritarismo e a crítica de costumes. Paradoxalmente, porém, comprometeram seu propósito libertário, ao assumir uma postura misógina, voltando sua mordacidade, igualmente, para as mulheres que se decidiram pela luta com vistas a atingir direitos e/ou que no seu cotidiano assumiam atitudes consideradas como inadequadas ao que se considerava próprias à feminilidade e às relações estabelecidas entre os gêneros.

Tais imagens são incorporadas, inclusive, pelas mulheres, o que procurei justificar valendo-me do conceito de violência simbólica, o qual segundo Bourdieu e Chartier supõe a adesão pelos dominados das categorias que embasam sua dominação. Nesse sentido, acentuam que definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação - que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída - é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irredutível, universal.

Esta é uma questão cultural que como ocorre neste âmbito tende a modificar-se muito lentamente e, de certa forma, explica porque, mesmo na academia, mulheres ao abordarem as temáticas de seu curso, resistam a lhes dar qualquer enfoque de gênero.

Em tempo de Histórias: Qual a orientação (ou o conselho) que a senhora deixaria aqui na nossa revista para quem se interessa ou tem a vontade de trabalhar com a História das Mulheres, Feminismos e Relações de Gênero.

Rachel Soihet: Só posso dizer que procure leituras sobre a questão, já que temos uma produção significativa nesse particular, apesar das dificuldades existentes. A sofisticação teórica, nesse âmbito é uma das características da referida produção. Além disso, a pessoa interessada deve se aproximar daquelas (es) que se vinculam a esse tipo de abordagem, buscando formação de grupos de estudos, de discussão. No caso da história, torna-se, igualmente, importante formular questões sobre um determinado assunto e buscar fontes que a elas digam respeito, com vista a ter um panorama de um trabalho futuro sem esquecer, a busca de um contato para orientação desse trabalho.

NOTAS

¹ SCOTT, Joan. *Gênero: Uma Categoria Útil de Análise Histórica*. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo, 1991.

² LAQUEUR, Thomas. *Inventando o Sexo. Corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, p.23.

³ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003, p.25.

⁴ NAVARRO-SWAIN, Tânia. “A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário?” *Textos de História*. Brasília: UnB, vol.8, n.1/ 2 p. 47-84.

⁵ PISCITELLI, Adriana. “Reflexões em torno do gênero e feminismo”. IN: COSTA, Claudia de Lima e SCHMIDT, Simone Pereira. *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004, p.54/55.

⁶ NICHOLSON, Linda. “Interpretando o Gênero” *Revista Estudos Feministas*. Vol.8 N.2. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFSC, 2000. p. 9-41

⁷ ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense Universitária/ EDUSP, 1981.

⁸ SKINNER, Quentin. *Hobbes e a teoria clássica do riso*. São Leopoldo RS: Editora UNISINOS, 2002.